



**Centro Social**  
**Paroquial da Lourinhã**  
**IPSS**



# MAPAS DE GESTÃO



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Entidade: Centro Social e Paroquial da Lourinhã

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	240.456,27 €	258.909,74 €
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	6	859,58 €	741,01 €
Clientes	7	1.880,19 €	4.215,68 €
Estados e outros entes públicos	8	- €	462,20 €
Diferimentos	9	1.216,72 €	746,99 €
Caixa e depósitos bancários	10	79.653,94 €	52.568,14 €
<b>Total do ativo</b>		<b>320.110,21 €</b>	<b>317.643,76 €</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	11	22.780,10 €	22.780,10 €
Reservas legais		1.638,39 €	1.155,51 €
Resultados transitados		- 3.645,66 €	- 12.820,39 €
Outras variações nos fundos patrimoniais		109.730,23€	115.046,60 €
Resultado líquido do período		9.995,33 €	9.657,61 €
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>140.498,39€</b>	<b>135.819,43 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos Obtidos	12	129.354,49 €	143.901,93 €
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	17.996,15 €	16.706,78 €
Estado e outros entes públicos	14	4.022,42 €	3.535,32 €
Outras contas a pagar	15	28.238,76 €	17.680,30 €
<b>Total do passivo</b>		<b>179.611,82 €</b>	<b>181.824,33 €</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>320.110,21 €</b>	<b>317.643,76 €</b>

Lourinhã, 18 de março de 2016

O Contabilista Certificado: Ana Luísa Mendes  
A Direção

*Handwritten signature of Ana Luísa Mendes*

*Handwritten signature of the Director*



Handwritten initials and signatures in blue ink.

Centro Social Paroquial da Lourinhã

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	16	139.441,99	149.173,94
Subsídios, doações e legados à exploração	17	124.619,91	117.914,59
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(39.038,35)	(35.676,06)
Fornecimentos e serviços externos	19	(41.114,44)	(53.718,09)
Gastos com o pessoal	20	(159.838,09)	(159.992,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	21	7.837,81	18.488,22
Outros gastos e perdas		(281,95)	(1.083,84)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>31.626,88</b>	<b>35.106,31</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		21.239,42)	25.496,58)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>10.387,46</b>	<b>9.609,763</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		359,11	-
Juros e gastos similares suportados		(751,24)	(824,44)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>9.995,33</b>	<b>9.657,61</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>9.995,33</b>	<b>9.657,61</b>

Lourinhã, 18 de março de 2016

O Contabilista certificado: Ana Luísa Mendes  
A Direção

*Handwritten signature of Ana Luísa Mendes*

*Handwritten signature of Ana Luísa Mendes*



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large blue signature at the top right and several smaller ones below it.

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and several other marks.

## **1. Identificação da Entidade**

O Centro Social Paroquial da Lourinhã é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com Estatutos aprovados por despacho ministerial de 17 de fevereiro de 1960 e publicados no Diários do Governo nº53.III Série de 3 de março de 1960, com sede na Avenida da Igreja, nº14, 2560-254 Seixal da Lourinhã.

O Centro é um serviço da Paróquia com o objetivo de cultivar nos paroquianos a noção das suas responsabilidades sociais, motivando-os para as exigências cristãs de comunicação e partilha de bens e, muito em particular, ajudando-os a dar resposta adequada às carências que eventualmente se verificarem entre os habitantes da paróquia, mediante ações de assistência, promoção ou desenvolvimento, conforme a necessidade.

A Instituição rege-se com base nos seguintes pressupostos:

- a) O respeito pela dignidade humana e o dever de contribuir para o seu desenvolvimento moral, espiritual e cultural;
- b) O fortalecimento do sentido comunitário, de modo que os indivíduos, famílias e os demais agrupamentos da Paróquia, em trabalho conjunto, se tornem promotores da sua valorização;
- c) A criação de estruturas de comunicação cristã de bens e ajuda mútua, bem como o apoio aos demais carenciados, mobilizando para o efeito os indispensáveis recursos humanos e materiais.

Para atingir os pressupostos:

- a) Presta serviços que satisfaçam as necessidades básicas dos seus utentes;
- b) Informa a comunidade sobre o conjunto de serviços proporcionados pelo Centro;
- c) Presta ao utente o acolhimento e informação necessários;
- d) Favorece as relações interpessoais a fim de evitar o isolamento;

Através de:

- a) Centro de Dia;
- b) Apoio Domiciliário;
- c) Centro de Convívio;
- d) Academia Sénior;
- e) Atividades Academia Sénior;
- f) Atelier de Animação;



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'RF' and 'AP'.

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

### 2.1 Referencial Contabilístico

O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 105/2011: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria n.º 106/2011: Código de Contas;
- d) Aviso n.º 6726-B/2011: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas (NI).

### 2.2 Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### 2.3 Regime do Acréscimo

A instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '9' and several illegible signatures.

## 2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo.

## 2.6 Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2015, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação das disposições previstas pelo SNC-ESNL.

## 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas nas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas ao exercício de 2015.

### 3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

### 3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### 3.2.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.

### 3.2.2 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### 3.2.3 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RR' and 'AP'.

### 3.2.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### 3.2.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## 3.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

## 3.4 Financiamentos Obtidos

### 3.4.1 Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### 3.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”



#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de 2014, reflectindo as adições, abates, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

#### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2015

<i>(em euros)</i>			
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>Custo de Aquisição</b>			
Edifícios e outras Construções	269.174,42	2.785,95	271.960,37
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	77.178,21	-	77.178,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
<b>Total</b>	<b>493.680,02</b>	<b>2.786,95</b>	<b>496.465,97</b>
<b>Depreciações acumulados</b>			
		<b>Depreciações</b>	
Edifícios e outras Construções	25.879,70	5.624,40	31.504,10
Equipamento Básico	115.667,47	15.615,02	131.282,49
Equipamento de Transporte	77.178,21	-	77.178,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
<b>Total</b>	<b>234.770,28</b>	<b>21.239,42</b>	<b>256.009,70</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>258.909,74</b>		<b>240.456,27</b>

Salienta-se as obras de adaptação e remodelação da Academia Sénior no valor de 2.785,95€s.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

## 6. Inventários

		(em euros)	
		2015	2014
<b>Inventários</b>			
	Géneros Alimentares	859,58	741,01
<b>Total</b>		<b>859,58</b>	<b>741,01</b>

## 7. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

		(em euros)	
		2015	2014
<b>Clientes e Utentes c/c</b>			
	Clientes	1.880,19	4.215,68
<b>Total</b>		<b>1.880,19</b>	<b>4.215,68</b>

Neste exercício contata-se um menor endividamento por parte dos utentes.

## 8. Estado e Outros Entes Públicos

Nada a destacar nesta rubrica.

## 9. Diferimentos

Respeita a gastos que se verificaram no exercício económico presente, nomeadamente 1.216,72€, cujo custo será efetivo em 2016.



## 10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<i>(em euros)</i>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Caixa	8.981,84	83,60
Depósitos à ordem	66.715,61	31.649,82
Outros depósitos bancários	-	20.834,72
<b>Total</b>	<b>75.697,45</b>	<b>52.568,14</b>

## 11. Fundos Patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais mantêm o valor de 22.780,10€

## 12. Financiamentos Obtidos

Nesta rubrica destaca-se:

	<i>(em euros)</i>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Empréstimo CCAM	129.354,49	142.701,93

Em 2015 foram amortizados 13.347,44€ referente ao empréstimo concedido a médio e longo prazo na CCAM .

## 13. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	<i>(em euros)</i>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Fornecedores c/c	17.996,15	16.706,78
<b>Total</b>	<b>17.996,15</b>	<b>16.706,78</b>

Verifica-se aumento de 1% no endividamento a fornecedores entretanto regularizado em janeiro de 2016.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

#### 14. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	2015	(em euros) 2014
Imposto s/ rendimento das Pessoas Singulares	492	456
Sobretaxa extraordinária	31	29
Segurança Social	3.499,42	3.046,94
Imposto sobre trabalho independente	-	3,38
<b>Total</b>	<b>4.022,42</b>	<b>3.535,32</b>

A oscilação verificada prende-se com o aumento da segurança social por via do aumento do salarial verificado em 2015.

#### 15. Outras contas a pagar

	2015	(em euros) 2014
Outras Contas a pagar	28.238,76	17.680,30
<b>Total</b>	<b>28.238,76</b>	<b>17.680,30</b>

Estão consideradas nesta rubrica as remunerações a liquidar e encargos com a Segurança Social, nas proporções de 14.636,00€ e 3.044,30€ respetivamente. Foi ainda constituída provisão para uma possível compensação por despedimento no valor de 10.000€. O valor remanescente de 558,46€ corresponde a um vencimento retificado e entretanto regularizado em 2016.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

## 16. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

<b>Prestação de Serviços</b>	<i>(em euros)</i>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Centro dia	73.294,28	76.063,62
Apoio Domiciliário	46.321,23	48.009,66
Centro Convívio	1.931,52	1.539,80
Academia Sénior	10.452,25	10.848,41
Atelier Animação	1.859,79	2.152,88
Outras Atividades	4.912,92	9.439,77
Seguro Utentes	670,00	1.119,80
<b>Total</b>	<b>139.441,99</b>	<b>149.173,94</b>

Verifica-se um decréscimo de 7% nesta rubrica em relação ao ano transato. Esta diminuição prende-se com a diminuição de receitas geradas pelas atividades produzidas no decurso de 2015.

## 17. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos exercícios de 2015 e 2014 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

<b>Subsídios e Doações</b>	<i>(em euros)</i>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
ISS, IP	111.404,76	110.163,24
IEFP (CEI)	852,91	5.916,97
Doações	875,70	1.834,38
Outros	11.486,54	-
	<b>124.619,91</b>	<b>117.914,59</b>

Constata-se um aumento de 5% nesta rubrica em comparação com 2014. Porém o subsídio atribuído pelo IEFP baixou consideravelmente, sendo que o fator incrementador desta rubrica corresponde a donativos em espécie representado em "Outros"





*[Handwritten signatures and initials]*

## 18. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Regista-se um acréscimo nesta rubrica, consequência do aumento da valência “Apoio Domiciliário”.

## 19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 traduz-se em:

FSE	<i>(em euros)</i>	
	2015	2014
Serviços Especializados	7.645,31	8.877,41
Materiais	3.638,64	6.213,01
Energia e Fluidos	19.753,75	21.873,86
Deslocações e Estadas	32,55	32,72
Serviços Diversos	10.044,19	16.621,46
<b>Total</b>	<b>41.114,44</b>	<b>53.618,46</b>

Denota-se uma diminuição de 13% dos encargos com fornecimentos e serviços externos em relação a 2014, fruto da boa gestão do Centro Social.

## 20. Gastos com o Pessoal

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos com o pessoal repartem-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	<i>(em euros)</i>	
	2015	2014
Remunerações ao pessoal	125.380,51	122.726,14
Encargos s/ remunerações	24.592,84	26.827,55
Seguros Ac Trabalho	858,60	796,80
Outros Gastos c/ o pessoal	9.575,45	9.482,21
<b>Total</b>	<b>159.838,09</b>	<b>159.992,45</b>

Esta rubrica contempla a provisão para Férias e Subsídio de Férias referentes a 2015 a liquidar em 2016.



## **21. Outros rendimentos e ganhos**

A imputação do subsídio do Proder traduziu-se no valor de 7.837,81€ em 2015, por forma a corrigir uma imputação superior em anos anteriores no valor de 707,77€.

## **22. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## **23. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lourinhã, 23 de março de 2016